



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E AGRÁRIAS – CCHA  
DEPARTAMENTO DE LETRAS E HUMANIDADES – DLH  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

**A MANUTENÇÃO DO REGIME ESCRAVOCRATA PÓS ABOLIÇÃO  
EM “MENINO DE ENGENHO” DE JOSÉ LINS DO REGO**

**MARIA EUNIDES CÂMARA DA SILVA**

**Catolé do Rocha – PB**

**2014**

**MARIA EUNIDES CÂMARA DA SILVA**

**A MANUTENÇÃO DO REGIME ESCRAVOCRATA PÓS ABOLIÇÃO  
EM “MENINO DE ENGENHO” DE JOSÉ LINS DO REGO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Letras e Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba, como um dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em Letras.

Orientadora:  
Profa. M.Sc. Marta Lúcia Nunes

**Catolé do Rocha – PB**

**2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586m Silva, Maria Eunides Câmara da  
A manutenção do regime escravocrata pós abolição em  
"menino de engenho" de José Lins do Rego [manuscrito] : / Maria  
Eunides Camara da Silva. - 2014.  
25 p.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e  
Agrárias, 2014.

"Orientação: Ma. Marta Lúcia Nunes, Departamento de  
Letras e Humanidades".

Regime escravagista. Abolição. Representação literária. I.  
Título.

21. ed. CDD 801.953

**MARIA EUNIDES CÂMARA DA SILVA**

**A MANUTENÇÃO DO REGIME ESCRAVOCRATA PÓS ABOLIÇÃO  
EM “MENINO DE ENGENHO” DE JOSÉ LINS DO REGO**

Aprovado em 21 de Julho de 2014

**Banca examinadora**

*Marta L. Nunes*

---

**Profa. M.Sc. Marta Lúcia Nunes – UEPB/CAMPUS IV  
Orientadora**

*Maria Fernandes de Andrade Praxedes*

---

**Profa. M.Sc. Maria Fernandes de a. Praxedes – UEPB/CAMPUS IV  
Examinadora**

*Doralice de Freitas Fernandes*

---

**Profa. M.Sc. Doralice de Freitas Fernandes – UEPB/CAMPUS IV  
Examinadora**

**Catolé do Rocha – PB  
2014**

Dedico a todos os descendentes de vítimas da escravidão. Que jamais desistam de seus ideais, pois nem sempre o verdadeiro herói é o que vence a primeira guerra, mas sim aquele que persevera naquilo que acredita.

Descendentes de escravos e de senhores de escravos seremos sempre servos da malignidade destilada e instalada em nós, tanto pelo sentimento da dor intencionalmente produzida para doer mais, quanto pelo exercício da brutalidade sobre homens, sobre mulheres, sobre crianças convertidas em pasto de nossa fúria. A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista classista.

DARCY RIBEIRO

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por me possibilitar a realização deste sonho.

As inúmeras pessoas que passaram pela minha vida ao longo desta caminhada, pessoas que muitas vezes sem intenção, ajudaram com pequenos gestos e palavras.

Aos professores que estiveram conosco nesta trajetória, não apenas pelos conhecimentos transmitidos, mas pelo carinho que sempre tiveram conosco nos momentos difíceis.

Aos membros da banca examinadora, por analisar com honestidade, e dar o devido valor ao trabalho apresentado. Em especial agradeço a minha orientadora Profa. Marta Lúcia Nunes.

Faço também os justos agradecimentos a minha família que me incentivou em cada momento por mais difícil que fosse. Especialmente aos meus pais, que sempre serão o meu exemplo de vida e a todos os meus irmãos e irmãs. Principalmente aos que mais me deram forças, minha irmã Maria José, meu esposo Sebastião, meus filhos: Antônia Flávia, Flaviany, Felipe, e em particular a minha amiga Fabiana Oliveira, pelas tantas vezes que precisei, e ela sempre esteve pronta a me ajudar com um sorriso espontâneo no rosto.

A todos que compõem o Campus IV da UEPB.

Agradeço aos colegas da faculdade, pelas amizades sinceras que guardarei para sempre dentro do coração.

A todos, meus sinceros agradecimentos! Obrigada!

## RESUMO

Este artigo discorre sobre o regime de trabalho no período pós abolição, com base na leitura do romance “Menino de engenho” de José Lins do Rego. A análise da obra em questão foi realizada no sentido de discutir o que mudou na vida dos escravos com a promulgação da Lei Áurea; quais os aspectos divergentes e convergentes entre as modalidades de trabalho escravo e trabalho livre e quem foi mais beneficiado com a abolição do regime escravagista. O trabalho foi realizado com base no aporte teórico de Ribeiro (2006), Candido (2010), Lukács (2006) dentre outros. Após a pesquisa realizada constatamos que, conforme a representação literária da obra objeto de nossa pesquisa, o trabalho escravo não foi totalmente erradicado com a abolição, as duas modalidades de trabalho são retratadas como bastante semelhantes e que, com a abolição, o coronel continuou sendo o mais beneficiado em termos econômicos.

**Palavras-Chave:** Regime escravagista. Abolição. Representação literária.



## ABSTRACT

This article discusses the labor regime in post abolition period, based on reading the novel "Menino de engenho" of José Lins do Rego. The analysis of the work in question was performed in order to discuss what has changed in the lives of slaves with the enactment of Golden; which divergent and convergent aspects of the procedure for slave labor and free labor is who has benefited most from the abolition of the slave regime. The study was based on the theoretical approach of Ribeiro (2006), Candido (2010), Lukács (2006) among others. After the survey found that, as the literary representation of the object of our research work, slave labor was not totally eradicated with the abolition of the two working modes are portrayed as quite similar and that, with the abolition of the colonel remained the most benefit in economic terms.

**Keywords:** Slave regime. Abolition. Literary representation.

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>09</b>
<b>1 A ORIGEM E A ABOLIÇÃO DO REGIME ESCRAVAGISTA</b>	<b>10</b>
1.1 A escravidão nas suas diferentes modalidades	10
1.2 A abolição do regime escravagista e suas consequências	12
1.3 O romance enquanto veículo de denúncia social	14
<b>2 A ESCRAVIDÃO EM “MENINO DE ENGENHO”</b>	<b>16</b>
2.1 José Lins do Rego e a sociedade patriarcal do nordeste	16
2.2 A representação da escravidão em “Menino de Engenho”	17
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>23</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>24</b>

## APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem como objetivo fazer uma análise da escravidão durante o período que sucede a abolição do regime escravagista, a partir da obra “Menino de Engenho” de José Lins do Rego, a qual retrata o ciclo da cana de açúcar e os principais acontecimentos característicos da época, inclusive a escravidão. Características estas que estão presentes não apenas na obra objeto da presente pesquisa, mas em muitas outras do referido autor, como por exemplo, Bangüê, Fogo Morto, Meus Verdes Anos entre outras.

A hipótese principal consistiu em mostrar como na obra objeto da nossa análise, a escravidão permaneceu após a abolição da escravatura (Lei Áurea). Para tanto procuramos traçar um paralelo comparativo entre o escravo e o trabalhador livre.

Para a realização da pesquisa, partimos do pressuposto de que mesmo com todas as leis criadas para solucionar o problema da escravidão, este é retratado em “Menino de engenho” como algo que permaneceu nas relações de trabalho entre o senhor de engenho e seus empregados.

O trabalho está estruturado em duas partes. Na primeira, intitulada **A origem e a abolição do regime escravagista** apresentamos um breve histórico da origem da escravidão, as principais conseqüências da abolição do regime escravagista e discutimos também a função do romance enquanto veículo de denúncia social.

Na segunda parte, intitulada **A escravidão em ‘Menino de engenho** analisamos alguns trechos e diálogos da obra em estudo, que evidenciam a permanência da escravidão nas relações entre coronel e agregados mesmo após a abolição da escravatura.

Por fim, apresentamos as considerações que nos foi possível chegar acerca da temática discutida, comprovando assim a permanência do regime escravagista em todo o decorrer da obra analisadas.

# 1 A ORIGEM E A ABOLIÇÃO DO REGIME ESCRAVAGISTA

## 1.1 A escravidão nas suas diferentes modalidades

A escravidão é quase tão antiga quanto a existência do homem. Embora tenha apresentado significados, formas e objetivos diferentes ao longo da história, a escravidão sempre foi marcada pela dominação de uns pelos outros.

Segundo Silva (2010), a escravidão surgiu no final do Período Neolítico e no início da Idade dos Metais, por volta do ano 6000 a.C, com a descoberta da agricultura, quando o homem deixou de ser nômade para se fixar na terra. Entre as tribos mais primitivas, a escravidão era apenas um momento de espera, antes que os guerreiros vencedores devorassem os vencidos. Mais tarde o escravo deixou de ser o alimento do vencedor e passou a ser a força que o produzia.

Ainda de acordo com Silva (idem), ao lado da escravidão por conquista, a servidão por dívida ganhou destaque na Grécia, durante o século VII a.C. Em Atenas, cuja base econômica era rural, pequenos agricultores livres, levados pela crise dessa economia viram-se obrigados a tomar empréstimos dos grandes proprietários rurais, empenhando, como garantia do débito, as terras que possuíam ou o próprio corpo. Caso não honrassem o compromisso, perdiam as terras, se a garantia fosse fundiária, ou então, a liberdade, se a garantia fosse corpórea.

“Em Roma, um indivíduo tornava-se escravo basicamente pelo nascimento, sendo considerado escravo o filho de mãe escrava, ou por se tornar prisioneiro de guerra” (SILVA, 2010, p.89).

Podemos perceber certa semelhança com os fatos ocorridos no Brasil durante o período colonial, pois durante o período de servidão negra, os filhos dos negros já nasciam na condição de escravos e propriedade do seu senhor.

Como assegura Silva (idem), a história do íncola brasileiro não poderia ter sido diferente no que diz respeito ao regime escravagista, tendo este sido colonizado por Portugal, que por sua vez era regido sob as ordens da senhora do seu destino “Madri”, que mantinha diferentes formas de leis todas a favor da escravidão.

Ribeiro (2006) nos lembra que antes da chegada do negro ao Brasil, o índio já era escravizado em engenhos pelos donatários de capitanias e, apenas no século

XVII, a escravidão negra viria a tomar destaque. Conforme as ordens de 1570, no Brasil era autorizado o cativo indígena em guerras justas, e legalizado o leilão dos mesmos para venda e arrecadamento de taxas. E assim, índios e negros foram incorporados à sociedade colonial, não como membros dela, mas como instrumentos de trabalho para serem explorados até a morte, ou exaustão.

Conforme Coutinho (1975) a escravidão indígena não teve origem no Brasil, em um trecho da sua obra ele cita a fala do padre Zham que vai continuar a marcha evangelizadora montado num índio. Índio foi feito para carregar padre, Já me servi muito desse meio de transporte na África.

Foram quatro séculos de extermínio e de martírios impostos à raça indígena, que recebeu os descobridores. Assim como o índio, o negro também não foi muito bem sucedido, pois já foi introduzido no Brasil na condição de escravo, forçado a execução das tarefas mais duras, em todo o setor produtivo.

Conforme explica Ribeiro (2006 p. 197) “É preciso viver num engenho, numa fazenda, num seringal para sentir a profundidade da distância com que o patrão ou seu capataz trata os serviçais”. Ribeiro acrescenta que a vida do negro era uma verdadeira tirania, sem amor, sem família, sem sexo que não fosse à masturbação, sem nenhuma identificação possível com ninguém, maltrapilho e sujo, sem orgulho ou amor próprio.

O autor supracitado relata que a negra era forçada a servir aos caprichos do seu senhor e depois de velha, quando ele não a desejava mais, esta se via obrigada a competir com os homens no trabalho braçal dos engenhos e das minas. Os negros eram privados de manterem relações sexuais com as negras, e só podiam procriar com aquelas que já não eram mais desejadas pelo patrão, ainda recebiam chicotadas para trabalhar atentos, e semanalmente recebiam um castigo pedagógico para afugentar qualquer ideia de fuga e, se despertassem algum tipo de desconfiança eram exemplados com mutilação de dedos, furo nos seios, queimaduras com um tição, tinham todos os dentes quebrados criteriosamente, ou do açoite no pelourinho sob trezentas chicotadas de uma vez para matar ou cinquenta diárias para sobreviver.

Bosi (1992) lembra que os escravagistas brasileiros se exaltavam ao comparar a vida do nosso cativo às agruras que sofriam os proletários europeus acarretados a uma jornada de dezesseis a dezoito horas diárias. Bosi também lembra que o jesuíta Antonil, um dos melhores escritores da prosa colonial, em

nenhum momento se perguntou sobre a natureza da escravidão, pelo contrário, via o cativo como uma questão natural sobre cujo mérito não cabia discutir.

## **1.2 A Abolição do regime escravagista e suas consequências**

A Abolição foi um dos movimentos sociais mais importantes da história brasileira, consistiu em uma luta árdua de abolicionistas e escravos contra proprietários e comerciantes de escravos, o seu reconhecimento foi um pouco tardio, mas acabou acontecendo. Sobre esse aspecto destaca-se que.

O Abolicionismo é um protesto contra essa triste perspectiva, contra o expediente de entregar à morte a solução de um problema, que não é só de justiça e consciência moral, mas também de previdência política. Além disso, o nosso sistema está por demais estragado para poder sofrer impunemente a ação prolongada da escravidão. Cada ano desse regime que degrada a nação toda, por causa de alguns indivíduos, há de ser-lhe fatal, e se hoje basta, talvez, o influxo de uma nova geração educada em outros princípios, para determinar a reação e fazer o corpo entrar de novo no processo, retardado e depois suspenso, do crescimento natural (NABUCO, 2000, p. 28, *apud* BAZZAN 2006, p.17).

A abolição sempre teve como objetivo resolver problemas que antes tinham como solução a morte, e o nosso sistema tornou-se estragado, ao sofrer por tanto tempo as ações do regime escravista sem nenhuma punição. A nação foi sendo degradada a cada ano e por isso fez-se necessária uma geração mais consciente e com novos princípios que levasse ao fim do sistema de escravidão.

Bazzan (2006) apresenta alguns relatos sobre as Leis Abolicionistas: em 1850, a Lei Eusébio de Queiroz proibiu o tráfico negreiro, com o decréscimo do preço dos escravos, os produtores foram obrigados a encontrar alternativas mais baratas. Entretanto, a eliminação do tráfico não modificou a estrutura da escravidão, mudou apenas a forma de abastecimento, dando incentivo ao comércio interno e clandestino, ou seja, o tráfico legalizado acabou, mas a escravidão continuou.

Em 1871, Visconde do Rio Branco aprovou a Lei do Ventre Livre garantindo a liberdade a todos os filhos de escravas nascidos no Brasil, estes não eram mais

propriedades do coronel, sendo necessário então fundar dezenas de abrigos para acolher as inúmeras crianças que os fazendeiros desgarravam de suas mães.

Já em 1884, foi aprovada a Lei Saraiva - Cotegipe ou “Lei dos Sexagenários”, que concedia a liberdade para os escravos maiores de 65 anos, entretanto, a referida Lei é criticada por estar fundamentada em interesses duvidosos ou tendenciosos, ou seja, os escravos maiores de 65 anos seriam libertados por que, em virtude da incapacidade física, já não interessavam mais aos seus senhores como força de trabalho, além de que poucos escravos, devido as condições de vida, chegavam aos 65 anos.

Por fim, em 1888, a princesa Isabel promulgou a Lei Áurea, declarando que a partir de então, a escravidão passava a ser juridicamente ilegal.

Segundo Freyre (2000) *apud* Cordeiro (2010), o *ethos*<sup>1</sup> brasileiro formou-se em torno do patriarcalismo, da generosidade dos senhores de engenho com seus escravizados, a prova disso é que quando a Lei Áurea foi promulgada e o sistema monárquico foi substituído pelo sistema republicano em 1889, quem mais sofreu foi a população negra que, ficou desamparada, sem a defesa de um “pai”.

O drama do negro na realidade histórica pós-abolicionista foi exaustivo. Para Ribeiro:

Ascendendo à condição de trabalhador livre, antes ou depois da abolição, o negro se via jungido a novas formas de exploração que embora melhores que a escravidão, só lhe permitia integra-se na sociedade do mundo cultural, que se tornaram suas, na condição de um subproletariado compelido ao exercício de seu antigo papel que continuava sendo principalmente o de animal de serviço (RIBEIRO, 2006 p. 212-213).

A maior parte dos ex-escravos continuou trabalhando para seus senhores, porém, sendo mal remunerada. Formalmente deixou de existir a escravidão, no entanto, o regime de servidão e miséria praticamente permaneceu o mesmo.

Havia algumas singularidades entre o negro e o trabalhador livre que circundavam o espaço da grande propriedade. O primeiro surge em decorrência do

---

<sup>1</sup>É uma palavra de origem grega, utilizada tanto para exprimir o conjunto de valores característicos de um movimento cultural ou de uma obra de arte quanto para designar as características morais, sociais e afetivas que definem o comportamento de uma determinada pessoa ou cultura. O *ethos* se refere ao espírito motivador das idéias e costumes.

regime escravocrata, sendo agregado à propriedade através da aceitação do senhor para servir como mão de obra barata e até mesmo sem nenhuma remuneração, seu acolhimento era tido como um favor exercido pelo branco. E o trabalhador livre também era visto como um instrumento na mão do senhor, mas a relação entre estes era despojada de significado, podendo existir ou não a consolidação de laços de compadrio (FRANCO, 1974 *apud* BATISTA, 2013).

O tratamento do senhor com o agregado à fazenda era quase o mesmo de antes da abolição, o fato de se estabelecer uma relação de laços de compadrio, era uma forma de permitir que este se sentisse mais íntimo do patrão.

Silva (2010) destaca que o trabalho escravo atual é mais cruel do que o do período escravista, visto que naquela época o escravo era uma mercadoria, um produto, e, tinha um valor comercial, enquanto que na atual, o escravo não é comercializado, e a oferta de mão de obra é maior que a procura do mercado de trabalho.

Bazzan (2006), procura diferenciar a escravidão da época do Brasil colônia da escravidão da atualidade, sendo esta mais lucrativa do que aquela, visto que, por força do “ciclo natural” do sistema capitalista, o patrão não precisa “comprar” o indivíduo para ter sua mão de obra.

Como principal ponto de distinção das duas cruéis formas de escravidão, destaca-se o fato de antes a escravidão ser lícita, e, após a abolição passar a ser ilícita, isto é, a escravidão não foi extinta totalmente, ela apenas deixou de ser amparada legalmente.

Para Bosi (1992), a elite colonial se vendo forçada a defender a escravidão, alegou direitos sobre os escravos, e a segurança da civilização, argumentando de forma meio distorcida que o cativo era um meio de civilizar os africanos.

### **1.3 O Romance enquanto veículo de denúncia social**

Para Lukács (2006) o romance é capaz de repor criticamente e atualizar os temas do lirismo nostálgico e da crítica social e, a atividade do escritor é uma exumação dos sentidos soterrados, se seus heróis têm primeiro de romper seu cárcere e conquistar a almejada pátria de seus sonhos, livres do fardo terrestre, à



custa de duros combates ou em penosas peregrinações, então o poder do verso não basta para transformar essa distância. Por menos que o romance esteja efetivamente vinculado ao começo e ao fim natural da vida, o nascimento e morte, ele se identifica, no entanto, justamente por meio dos pontos onde se inicia e acaba, “é o único gênero que, ao narrar uma história, diz simultaneamente *como* o faz” (p. 222). “O esquecimento da escravidão nos belos jogos de uma fantasia alforriada ou na serena fuga rumo a ilhas afortunadas, no mapa-múndi dos vínculos triviais, jamais poderá levar à grande épica” (LUKÁCS, 2006 p.57-58).

O romance é a forma da aventura do valor próprio da interioridade, seu conteúdo é a história da alma que sai a campo para conhecer a si mesma, é a busca pela purificação da essência das coisas naturais. É composto a partir de aventuras, histórias reais, acontecimentos sociais nos quais o romancista coloca corpo, alma, sentimentos, que levam o leitor a se sentir diante dos acontecimentos.

Para Reuter (2004), o romance surge como gênero da liberdade fugindo à submissão às antigas regras e permitindo a inovação formal, tanto pode falar ilimitado do indivíduo (toda a literatura do eu), quanto do social, pode também abraçar a ideia de progresso por meio do empenho ou crítica social.

No tocante ao romance produzido na década de 30, este foi de grande importância no estudo das transformações da cultura brasileira. De acordo com Montenegro (1983, p. 13) “O chamado Romance de 30 no Nordeste participou, com seu contributo temático de seca, cangaço, fanatismo religioso, latifúndios e a exploração do homem pelo homem”. À medida que a leitura dos romances de 30 foi sendo transformada em visão crítica, pessoal, logo se percebeu algumas constâncias de tema, técnica e linguagem nova.

Conforme Montello (1983) o romance tornou-se uma forma de denúncia, e sua grande harmonia é a denúncia social, assim sendo, a literatura do antes e pós 30 tem a preocupação de denunciar a realidade social. “Entretanto, para compreender o Romance de 30, cumpre atentar para o fato de que a obra literária, como emanção de seu tempo e de seu espaço, guarda fidelidade a esse espaço e a esse tempo – como testemunho e como denúncia” (p. 28). Isto significa que mesmo sendo fiel ao tempo e espaço, o romance regionalista, enquanto obra literária é um forte veículo de denúncias sociais.

Na visão de Coutinho (1978) o romance regionalista fornece o mais importante e mais original da ficção modernista, enquadrando-se nessa linha

categórica os ciclos da seca, do sertão, do cangaço, da cana-de-açúcar, do cacau e do café com autores como José Lins do Rego, Jorge Amado, Graciliano Ramos, entre outros.

## **2 A ESCRAVIDÃO EM “MENINO DE ENGENHO”**

### **2.1 José Lins do Rego e a sociedade patriarcal do nordeste**

José Lins do Rego Cavalcante nasceu no engenho Corredor, município de Pilar (Paraíba), a 03 de junho de 1901 e faleceu em 12 de setembro de 1957. Formado em Direito pela Faculdade de Recife (1923), em 1955 elegeu-se para a Academia Brasileira de Letras, e exerceu a atividade de crítico literário.

Conheceu Gilberto Freyre, que exerceria grande influência em sua formação literária, conviveu também com Graciliano Ramos, Jorge Amado e Rachel de Queiroz. Em 1932, publicou seu livro de estréia, “Menino de Engenho”, início do ciclo da cana-de-açúcar. Em seqüência publicou mais doze romances, dos quais, apenas três não retratam o Nordeste: Riacho Doce, Água-mãe e Eurídice. Os demais, ou são romances do sertão, do mundo do menino de engenho, ou romances urbanos, como O Moleque Ricardo (MOISÉS, 2008).

José Lins foi o romancista da decadência da sociedade patriarcal do nordeste canavieiro, da agonia rural, do surgimento da usina, da transição econômica, e ao escrever ele sempre expressava um tom de saudade de si mesmo, notadamente da infância. A presença do menino na obra do romancista é bastante significativa, inclusive ele afirmava que ainda iria escrever um romance intitulado “O Menino e o Carneiro” e confessou que mesmo sendo neto de um homem rico sentia inveja dos moleques da bagaceira. Em seus romances está o povo brasileiro, José Lins do Rego uma dessas figuras exemplares e luminosas que fica a admiração, não apenas por pertencer à literatura brasileira, mas porque exprime a nossa raça, visão do mundo, a maneira de ser e de amar o Brasil (MOISÉS, 2008).

Bosi (2006) assegura que José Lins do Rego conseguiu incorporar à linguagem poética, suas recordações de infância e juventude, junto aos registros da

vida nordestina colhida a fundo, através do processo de experiências de homens e mulheres que representam a gama étnica e social da região, e mesmo nas obras que foram subestimadas pela crítica, é possível perceber traços fantásticos de que o autor viveu até o fim o drama da decadência social e o incorporou à sua visão de mundo. Bosi (ibidem) também afirma que “A região canavieira da Paraíba e de Pernambuco em período de transição do engenho para a usina encontrou no ‘ciclo da cana-de-açúcar’ de José Lins do Rego a sua mais alta expressão literária” (p. 397)

Para Candido (2010), José Lins do Rego, no decênio de 30 viveu uma das fases mais ricas de sua carreira, marcada de neonaturalismo e inspiração popular, apoiando-se em temas como a decadência da aristocracia rural e formação do proletariado, bem típicos dele.

Conforme esclarece Moisés (2008), com o fim do ciclo açucareiro, o autor já tinha exaurido as memórias da infância no engenho, e por isso decidiu procurar assunto em outra parte, dando início à segunda parte da sua carreira, se dedicando a observações e leituras, principalmente de leitores estrangeiros.

## **2.2 A representação da escravidão em “Menino de Engenho”**

Cronologicamente, “Menino de Engenho” é a primeira obra de José Lins do Rego, nela o romancista conseguiu reunir os principais elementos cíclicos que marcam a região nordeste, tais como a seca, mostrando o sofrimento das pessoas “nas vazantes plantavam batata-doce cavavam pequenas cacimbas, para o abastecimento de gente que vinha das caatingas andando léguas, de pote na cabeça” (REGO, 1998<sup>2</sup>, p.17); o padecimento dos animais “a sede das pobres rolas era tal que elas nem davam pelos nossos intuitos, matávamos a cacetadas, como se elas não tivessem asas para voar. A seca comera-lhes o instinto natural de defesa” (p.13); as consequências e faturas da enchente “meu avô olhava de uma ponta da calçada suas plantações de cana todas submersas, a sua safra quase toda perdida. Mas não se lamentava, porque sabia que riqueza em limo lhe trouxera o rio para

---

<sup>2</sup> Para esta análise, utilizamos a edição de “Menino de engenho” publicada pela editora José Olympio em 1998.

suas terras”. (p.20); e o cangaço, que assustava o nordestino “Era um recado do coronel Anísio de Cana Brava prevenindo que Antônio Silvino naquela noite estaria entre nós” (p. 13).

Mediante a voz do personagem Carlinhos, o autor descreveu uma realidade rural perpassada junto às ações dos trabalhadores livres, os negros agregados que serviam na casa-grande, as mulheres brancas, as negras que cuidavam da cozinha e o coronel José Paulino, dono do engenho localizado na fazenda Santa Rosa, local onde transcorre a trama desenvolvida em “Menino de Engenho”.

Cordeiro (2010) nos chama a atenção para o fato de que mesmo tendo sido a obra escrita após a abolição da escravatura, podemos perceber que nesta obra, as heranças do regime escravista permanecem latentes.

Trata-se de uma obra em que o autor narra tudo que ocorria em um engenho com os mais pitorescos detalhes, que só mesmo quem viveu nesse ambiente seria capaz de descrever os acontecimentos com tanta veracidade é riqueza de detalhes.

Nesta narrativa, o primeiro objetivo do autor é mostrar as experiências de uma criança num engenho e a liberdade em plena natureza. Consegue fazer isso com maestria porque ele não precisou criar a história, mas apelou para a memória e narrou fatos de suas experiências vividas. O segundo é o de denunciar a escravidão, a crueldade com que os coronéis tratavam os seus “ex-escravos”, que mesmo depois da abolição, continuavam sendo tratados da mesma forma e em piores condições de vida.

Para esta gente pobre a abolição não serviu de nada. Vivem hoje comendo farinha seca e trabalhando a dia. O que ganham nem dá para o bacalhau. Os meus negros enchem a barriga com angu de milho e ceará e não andavam nus como hoje, com os troços aparecendo. Só vim a ganhar em açúcar com a abolição. Tudo que eu fazia antes era pra comprar e vestir negros (REGO, 1998, p.61).

Percebemos claramente que com a abolição, a vida dos negros não se modificou, não houve melhorias no sentido de qualidade de vida e, na concepção do coronel, em termos de alimentação é vestuário, até piorou; além disso, o coronel deixa claro que a abolição lhe trouxe lucros no âmbito econômico, pois já não tinha mais a obrigação legal de alimentar e vestir os negros.

A denúncia se faz presente também na fala do coronel José Paulino quando este conta as histórias dos seus antecedentes, histórias essas que eram sempre permeadas pela presença do regime escravocrata.

“Tio Leitão dava nos negros como em bestas de almanjarras. Tinha uma escravatura pequena: o negro só para mestre de açúcar, purgador, pé de moenda” (p.60).

Outra história relatada pelo coronel José Paulino é a do major Ursulino, que mandou construir a casa de purgar num alto com o intuito de aumentar o castigo dos negros, ele sentia prazer em ver os negros subido o alto com a gamela de mel quente na cabeça; outros trabalhavam acorrentados, e ainda mandou comprar um negro que pertencia a dois donos, sendo este meio forro só veio a lhe pertencer um lado, mas todos os dias ele mandava chicotear o negro, só do lado que lhe pertencia. Essas são algumas de suas histórias, que comprovam a permanência do regime escravagista no período pós-abolicionismo.

No engenho Santa Rosa, esses índices são evidentes, pois os negros continuaram lá na mesma servidão, uma evidência disso é que a senzala dos tempos do cativo foi mantida, uns vinte quartos e o mesmo alpendre na frente, “ela continuou ao lado da casa-grande com suas negras parindo, as boas amas de leite e os bons cabras do eito” (p. 41). Isso aconteceu, segundo a narrativa, porque o coronel José Paulino tratava os seus escravos com “dignidade”, e mesmo após a abolição continuou a dar de comer e de vestir aos escravos, e eles a trabalharem de graça, com a mesma alegria de antes. “As negras na senzala, suas filhas e netas iam lhes sucedendo na servidão, com o mesmo amor à casa-grande e a mesma passividade de bons animais domésticos.” (p. 38)

O regime escravagista continuou o mesmo, sendo passado de geração a geração, ou seja, filho de escravo continuou a ser escravo por nascimento. E estes não eram acolhidos na fazenda por generosidade do coronel, mas sim em troca de muito trabalho forçado, não esquecendo que o castigo continuou como nos tempos anteriores, qualquer deslize e o negro era mandado para o tronco “O meu avô mondou botar o cabra no tronco. E nós fomos vê-lo, estendido no chão, com o pé metido no furo do suplício.”(p. 29)

Após a abolição, os negros continuaram no engenho servindo aos mandos do “patrão”, e o sistema continuou como antes, pois os homens eram vigiados por um feitor apto a agir contra qualquer um deles caso julgasse necessário. Os negros não

podiam perder tempo conversando, tinham que mostrar serviço ao coronel, trabalhavam o dia inteiro, o descanso era de apenas 15 minutos após o almoço. Mesmo com todos os esforços dos negros na realização do trabalho, não havia nenhum reconhecimento por parte do coronel, que sempre encontrava motivos para reclamar: “ – Que está fazendo esta gente, seu José Felismino? Oitenta pessoas e o partido no mato? Nem oito de mulher!”(p. 59).

Ribeiro (2006) chama atenção para o fato de que antes da abolição, o negro desgastado no eito, ter a oportunidade de envelhecer num canto, vivendo do produto de sua própria raça. Liberto, sem pertencer a ninguém, este era hostilizado entregue a própria sorte num mundo em que toda a terra já era apropriada.

Mesmo vivendo em um regime de escravidão, ao fim do dia, os negros denominados “trabalhadores livres” voltavam sorridentes, como se todas aquelas horas do eito não lhes pesasse nas costas,[...] “trabalhar dezoito horas por dia,todos os dias do ano. No domingo, podia cultivar uma rocinha, devorar devorar faminto a parca e porca ração de bicho com que restaurava sua capacidade de trabalhar no dia seguinte até a exaustão” (RIBEIRO, 2006 p.107).

O coronel xingava e descompunha aos, como a malfeitores, mas não havia um ali que não tivesse com dias adiantados no livro de apontamento. “O meu avô chamava-os de ladrões, de velhacos e nem mostravam cora de aborrecidos. Parecia que aquelas palavras feias na boca do velho José Paulino não quisessem dizer coisa nenhuma” (p. 41).

O negro livre não tinha para onde ir, por isso permanecia na mesma servidão da fazenda, sendo escravizado pelo coronel em troca do sustento.

Como afirma Ribeiro (2006, p. 203) os negros “não podiam estar em lugar algum, porque cada vez que acampavam os fazendeiros vizinhos se organizavam e convocavam forças políticas para expulsá-los, uma vez que toda terra estava possuída e, saindo de uma fazenda, se caía fatalmente em outra”.

Essa realidade crucial levava os negros livres a continuarem nas fazendas, submetidos às novas formas de maus tratos, não muito diferentes das de antes, e tendo que viver do pouco que ganhava, que não dava nem para o alimento que antes era garantido pelo coronel.

Outra forma de exploração era o trabalho como meeiro, para garantir a moradia e um pedaço de chão onde pudessem trabalhar, o negro concordava em dar metade da colheita ao coronel, “pagava o forro e ficava livre do trabalho na

servidão da bagaceira. O seu roçado de algodão e de fava garantia essa meia liberdade que gozava” (p.26).

Como o que ganhavam era pouco, alguns negros pegavam dinheiro adiantado com o patrão, isso os tornava ainda mais cativos, pois a dívida tinha que ser paga com trabalho. Alguns tentavam quitar a dívida trabalhando alugado em outros engenhos, mas o coronel não permitia essa situação e vivia ameaçando os moradores. “Boto pra fora. Gente safada, com quatro dias de serviço adiantados e no eito do engenho novo. Pensa que eu não sei? Toco fogo na casa” (p.26).

As ameaças do coronel evidenciam o fato de que ele não tratava os negros com dignidade e que na condição de escravo, o negro não tinha nada, mas o alimento era garantido pelo coronel, na condição de trabalhador-livre o que ganhava não era suficiente para manter a família e ele estava sempre preso ao patrão, por dívidas.

Muitos negros levavam a mulher e os filhos para trabalharem visando, com isso, ajudar na quitação da dívida “Doutras vezes batíamos a uma porta aonde não acudia ninguém. Mais adiante a família toda estava pegada na enxada: o homem, a mulher, os meninos. E vinham logo de chapéu na mão, pedir a suas ordens” (p.26).

Era essa a vida dos “negros livres”, os mesmos maus-tratos, passando fome, se não trabalhassem eram expulsos da fazenda, o que saísse por conta própria a procura de melhoria, acabava voltando para ouvir os xingamentos do coronel, “Mande o menino buscar quinino no engenho. Vocês saem daqui com saúde e voltam assim em petição de miséria. Vão outra vez pra Goiana” (p.27). O coronel procurava sempre conscientizar os negros que eles estavam melhores sob sua proteção, o que constitui uma forma de instaurar o conformismo.

Como afirma Ribeiro (2006, p. 203) os negros “não podiam estar em lugar algum, porque cada vez que acampavam os fazendeiros vizinhos se organizavam e convocavam forças políticas para expulsá-los, uma vez que toda terra estava possuída e, saindo de uma fazenda, se caía fatalmente em outra”.

Essa realidade crucial levava os negros livres a continuarem nas fazendas, submetidos as novas formas de maus tratos, não muito diferentes das de antes, e tendo que viver do pouco que ganhava, que não dava nem para o alimento que antes era garantido pelo coronel.

Outro aspecto que se destaca no romance “Menino de engenho” na questão do conformismo consiste na associação da vida sofrida com as recompensas

celestiais após a morte, ou seja, a tentativa de inculcar nos negros a idéia de que eles seriam recompensados por Deus, podendo até mesmo se tornarem santos, conforme podemos exemplificar abaixo:

Uma pintura na parede também revelava o cenário escravagista: “Os moleques então nos mostravam uma santa mulata com uma criança no braço, uma que tinha no rosto a marca de ferro em brasa. – Ela era uma escrava — contavam os moleques. – E a senhora queimou o rosto dela com um garfo quente” (p.28).

Sobre o aspecto do conformismo, Ribeiro (2006) diz que negro escravo:

[...] sobreviveria principalmente no plano ideológico, porque ele era mais recôndito e próprio. Quer dizer, nas crenças religiosas e nas práticas mágicas, a que o negro se apegava no esforço ingente por consolar-se do seu destino e para controlar as ameaças do mundo azaroso em que submergira (RIBEIRO, 2006 p. 105).

Era necessário um grande esforço e muita fé no plano religioso para sobreviver à submersão de uma vida tão cruel e sob os martírios do mundo azaroso

A visão que se tinha de Deus era de: “[...] um homem bom, com um céu para os justos e um inferno para a gente ruim como a sinhazinha, com caldeiras e espeto quente” (p.34), ou seja, um céu para os escravos martirizados e um inferno para os coronéis de corações perversos.

Durante a semana santa não se cometia nenhuma atrocidade, até os pássaros das gaiolas eram soltos, apenas os negros não tinham liberdade, em época alguma. A personagem da “Sinhazinha” nos leva a conclusão de que em todo engenho tinha sempre uma velha malvada que perseguia a vida das crianças “a velha levantou-se com uma fúria para cima de mim, e com o seu chinelo de couro encheu-me de palmadas terríveis. Bateu-me como se desse num cachorro, trincando os dentes de raiva” (REGO, p.16-17).

São muitas as fazendas e coronéis citados na obra “Menino de Engenho” só o coronel José Paulino tinha oito fazendas “tinha para mais de quatro mil almas debaixo de sua proteção” (REGO, 1998, p.52); fazendas onde o regime de escravidão permanecia mesmo após a abolição.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desse trabalho teve como objetivo aprofundar conhecimentos sobre a permanência do regime escravista após sua abolição, mais especificamente na obra “menino de engenho” José Lins do Rego. Com base na pesquisa feita, concluímos que em todo o decorrer da obra objeto da nossa análise, constata-se a presença da escravidão, e que os aspectos convergentes e divergentes entre as duas modalidades de trabalhos (trabalho escravo e trabalhador livre), são bastante semelhantes, e que a abolição foi mais benéfica para o coronel do que para o negro que passou a trabalhador livre.

A pesquisa foi de grande importância para a nossa aprendizagem, e serviu para retificar a nossa visão sobre a escravidão no período que sucede à sua abolição, pois esta ainda permaneceu por bastante tempo, claro que de forma mais aliviada.

Portanto percebemos que a nossa parcela de culpa pelos escravizados é tão grande quanta a responsabilidade de libertá-los e não basta uma lei para que a escravidão seja abolida, é necessária a ação conjunta, principalmente por parte das autoridades governamentais. E esperamos que este trabalho possa contribuir com futuras pesquisas no intuito de redimensionar as discussões em torno da obra literária enquanto veículo de representação e denúncia social.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, Ozaias Antônio. **Entre a ciência e a literatura: elementos da narrativa literária de José Lins do Rego.** Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (UFRN), 2013.

BAZZAN. Felipe Tancini. **Trabalho Escravo Contemporâneo.** Ribeirão Preto. Trabalho de Conclusão de Curso (Direito) UNICOC, 2006.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização.** São Paulo: Ed. Campanhia das Letras, 1992.

BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura Brasileira.** São Paulo: Ed Cultrix, 2006.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade: estudo de teoria e história literária.** Rio de Janeiro: Ed. Ouro sobre Azul, 2010.

CORDEIRO, Carla de Fátima. **Pelos olhos do menino de engenho: os personagens negros na obra de José Lins do Rego.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília, 2010.

COUTINHO, Afrânio. **Introdução à Literatura Brasileira.** Rio de Janeiro Ed. Civilização Brasileira, 1978.

COUTINHO, Ediberto. **Rondon: O Civilizador da ultima fronteira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.

LUKÁCS, George. **A Teoria do Romance: um histórico filosófico sobre as formas da grande épica.** São Paulo: Ed. Duas Cidades, 2006.

MOISÉS, Massaud. **História da Literatura Brasileira: modernismo.** São Paulo: Ed. Cultrix, 2008.

MONTELLO, Josué. Revisão do romance nordestino de 30. In: **O Romance de 30 no Nordeste.** Universidade Federal do Ceará: Proed, 1983.

MONTENEGRO, Pedro Paulo. O Romance de 30 no Nordeste. In: **O Romance de 30 no Nordeste**. Universidade Federal do Ceará: Proed, 1983.

REGO, José Lins do. **Menino de Engenho**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1998.

REUTER, Yves. **Introdução à Análise do Romance**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2004.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2006.

SILVA, Marcello Ribeiro. **Trabalho análogo ao de escravo rural no Brasil do século XXI: novos contornos de um antigo problema** Goiânia 2010.